

**Call para a apresentação de comunicações e/ou posters no  
IX Congresso Português de Sociologia  
PORTUGAL, TERRITÓRIO DE TERRITÓRIOS**

**Universidade do Algarve, 6 a 8 de Julho de 2016**

**Secção Temática *Sociologia do Direito e da Justiça***



---

Coordenadores:

António Casimiro Ferreira [CES, UC]  
Pierre Guibentif [Dinâmia CET, ISCTE-IUL]  
Sílvia Gomes [CICS, UMinho]

A nossa experiência do território é marcada, em primeira linha, pelos dispositivos que instituem os territórios nacionais. E, nestes dispositivos, o direito tem uma importância determinante. O direito intervém nomeadamente na determinação do território nacional e das suas partes, no reconhecimento de autonomias locais, na distribuição do poder entre o centro e as periferias, na configuração geográfica da administração pública e de outros serviços do Estado – pense-se no “Mapa judiciário” –, assim como no chamado “ordenamento do território”. Não se pode, portanto, na abordagem sociológica aos processos pelos quais colectividades modernas se dotam de territórios e procuram atuar sobre estes, dispensar a análise da sua dimensão jurídica. E, nesta análise, a sociologia tem toda a vantagem em aproveitar as ferramentas desenvolvidas pela sociologia do direito e da justiça. Reciprocamente, quando a sociologia se focaliza na temática do território, a sociologia do direito e da justiça tem uma particular responsabilidade em avaliar qual pode ser o seu contributo.

Neste sentido, esperamos poder recolher propostas de comunicação apoiadas em trabalhos sobre processos legislativos, judiciários, e administrativos que possam ser considerados, num sentido amplo, como processos de territorialização.

Os territórios existentes, por sua vez, e os seus espaços, podem atuar como força de integração, mas também potenciam exclusão, segregação e marginalização, contribuindo ativamente para a criação e recomposição de injustiças, de diferenças e de desigualdades. Como resultado das desigualdades territoriais e das segregações existentes nos espaços urbanos, um pouco por todo o mundo existem termos para designar os bairros estigmatizados situados na base do sistema hierárquico dos espaços que compõem as metrópoles – ghetto nos EUA, favela no Brasil, *villa miseria* na Argentina, *banlieue* em França, *quartieri periferici* (ou *degradati*) em Itália, *problemområde* na Suécia. Estes territórios são conhecidos, para os outsiders e os insiders que partilham dos sentidos conferidos ao espaço dos outsiders, como as zonas “problemáticas” ou “sem lei”. São, assim, territórios de privações e abandono, territórios a serem temidos, territórios que, com o contributo da esfera mediática e das suas vozes, produzem sentimentos de insegurança e “figuras do medo”.

Assim, o território não é um mero cenário onde se projetam os atores sociais, é um elemento que condiciona, determina, molda a forma como os atores sociais se significam, definem, atuam, quer seja dentro daquilo que é normativo, ou nas práticas e/ou vivências desviantes. Neste sentido, seria conveniente conseguirmos reunir também propostas de comunicações apoiadas

em trabalhos aprofundando como os atores, na sua maneira de se relacionar com os territórios, consolidam ou contestam normas sociais.

Finalmente, não há colectividade humana sem territórios imaginários. O direito, ao propor mais um “mapa” do universo social, atual assim como desejado, contribui, tanto pelos seus conteúdos, como pela maneira como é publicado, para este imaginário. Faria algum sentido que os trabalhos da nossa secção discutissem também a maneira como o direito, em Portugal, participa, antes mesmo de qualquer identificação, na percepção que o país tem de si próprio.

Os coordenadores da Secção Temática Sociologia do Direito e da Justiça vêm convidar todos os membros da comunidade científica e profissional a apresentar comunicações e/ou *posters* dentro desta área e a participar na discussão, partilha de saberes, abordagens e experiências no congresso da APS, tentando sempre que possível articular de forma imaginativa o triângulo território, direitos e justiça.

As regras e prazos a considerar para a submissão dos resumos, assim como mais informações sobre o IX Congresso Português de Sociologia podem ser consultados no *site* da APS em <http://www.aps.pt/>.